

## **A propósito da relação global/local: a metrópole do Rio de Janeiro em questão**

Fany Davidovich \*

### **1 - Uma introdução ao tema**

Alvo de análises e interpretações sustentadas pelo meio acadêmico e por diversos segmentos da sociedade, a globalização tem sido assumida como um processo multifacetado, que envolve dimensões de natureza econômica e financeira, cultural, política, e espacial. Excede aos limites do texto desenvolver uma temática de reconhecida complexidade. Observações que serão introduzidas se restringem a considerar a relação global/local, como uma representação do processo mundial em curso, assumida, aqui, empiricamente, através de aspectos de reestruturação da metrópole do Rio de Janeiro.

Todavia, tal perspectiva faz considerar alguns recortes:

- O processo de globalização é assumido como um fenômeno tendencial do mercado e de hegemonia do circuito financeiro, cuja escala planetária encontrou apoio no instrumental de superação da distância e no poder da informação, produzido pela revolução técnico-científica.

- Assume-se também que impactos da globalização se diferenciam em países, regiões, cidades. Condições intrínsecas de estrutura econômica e de organização político-institucional influem na capacitação de desenvolver competitividade e produtividade, que são requisitos cruciais para o ajuste ao processo global e para a inscrição no mercado mundial de localizações.

É nessa perspectiva que o recorte do Local, pode ser entendido como uma especificidade do Lugar num determinado contexto, ou seja, como uma representação particular da relação da

---

\* Geógrafa – IBGE; PRONEX – Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal – IPPUR/UFRJ.

economia globalizada com processos que se desenvolvem no espaço ou em alguns pontos do espaço. Coloca-se, deste modo, em pauta uma “reinterpretação” do local, não mais associado à idéia tradicional de comunidade ou ao município, “tout court”.

Extrapolando o conceito de M. Santos (1994) a respeito de Lugar, o Local pode ser identificado, através da conjugação de um tempo empírico (Evento) com a realização prática da ação (Intencionalidade); definido, portanto, por um sistema de ações que privilegia a competitividade, como condição primordial de inscrição em tempos de globalização, isto é, em um tempo único, determinado pelas condições atuais do mercado. Enquanto o Lugar corresponderia ao espaço da convivência e do cotidiano, do enraizamento e da emoção.

- Mas é preciso ainda considerar a relação do Local, assim definido, com outras escalas do espaço, o território nacional, unidades subnacionais, regiões. Relação essa que vai depender das atividades que ele sustenta e das condições daquelas escalas para fazer face ao mercado global, que pode envolver interações ou constrangimentos com o nível local. De maneira sumária, situações distintas devem ser consideradas:

- Vale aludir, primeiro, a situações em que se viabiliza um encaixamento de diferentes escalas do território, formando um conjunto interdependente, que traduz processos mais avançados de organização política e regional, enquanto recurso de ajuste e adaptação à nova ordem da economia mundial; a União Européia pode ser tomada como exemplo.

- Vale, por outro lado, distinguir a posição que a escala local assume na situação de países como o Brasil. Não é preciso insistir sobre vicissitudes que têm se abatido sobre o quadro nacional. Pode-se, contudo, assinalar o descompasso entre o ritmo da abertura da economia e os das reformas estruturais ou o estilo de modernização conduzido primordialmente pela adoção de métodos eficientes de gerenciamento ou ainda o desemprego e as dificuldades de reconstituição de postos de trabalho. Pode-se igualmente fazer menção à fragilidade da poupança interna e à contrapartida do recurso à poupança externa, que veio submeter o país aos riscos de um dinheiro caro, com prazos curtos de

financiamento e especulativo, por excelência. Alude-se assim, a empecilhos que afetam a escala nacional. A isso deve ser acrescentada a pauta de exportações; tecnologicamente atrasada e de baixo valor agregado nas vendas externas, ela não tem favorecido o equacionamento de uma economia até recentemente travada pelo déficit fiscal e por injunções da dívida externa. Somam-se ainda, as barreiras levantadas pelo acirramento da concorrência internacional, pelas flutuações cíclicas e pelas medidas de protecionismo comercial sub-repticiamente adotadas em países centrais.

Nesse quadro de debilitação das escalas nacional e subnacionais, o local tenderia a um distanciamento relativo com respeito ao território, a partir da capacidade de sustentar atividades que têm conquistado nichos no comércio e nas comunicações globais; são espaços que passam a ocupar posições no mercado mundial de localizações, contribuindo para uma fragmentação do território nacional.

Tal concepção a respeito do local levanta, necessariamente, alguns problemas. Vale por exemplo, questionar a escala especial que abrange ou a estabilidade/instabilidade de seus limites. Coloca-se, portanto, como uma questão em aberto, cabendo porém mais uma referência à característica do Local como escala resultante da conjugação de interesses nacionais e internacionais que selecionam determinados “lugares” do território: seriam assim compreendidos, os espaços da fruticultura irrigada e também o da metrópole, que se aparelha para desenvolver funções em redes globais. Limites e estruturas vão depender, com maior ou menor intensidade das injunções do comércio mundial e das finanças internacionais.

Conforme inicialmente colocado, pretende-se circunscrever a hipótese de processos locais à metrópole do Rio de Janeiro, considerando uma dinâmica de reestruturação que estaria sinalizando ajustes com a globalização.

## **2 - Questionando a reestruturação da metrópole.**

Uma primeira observação remete às políticas de renovação urbana, referenciadas a um planejamento territorial que se sustenta, basicamente, em duas pontas: a do governo local e a de agências internacionais. Planos e projetos previstos ou em andamento na cidade do Rio de Janeiro, em particular, são assumidos como parte de uma política urbana, na qual se expressam competências delegadas ao município pela Constituição de 1988 e o apoio financeiro de entidades como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Não é neutra a atuação de tais agências, que implica na contrapartida de recursos públicos e num elenco de diretrizes, e de restrições.

Nesse contexto, considera-se que a metrópole adquire um papel estratégico como elo principal das articulações com o mercado global e como motor do crescimento econômico. Significa dizer que a disponibilidade de instrumentos de um meio técnico-científico-informacional (M. Santos, 1994), de recursos profissionais e de qualificação da mão-de-obra, de capacitação para atividades propulsoras, fazem da metrópole um espaço de eleição. É assim que na agenda do Banco Mundial para a política urbana em países da Semi-periferia ou do Terceiro Mundo, a grande urbe deixou de ser estigmatizada como expressão de patologia urbana; ela ganhou postos numa rede urbana internacional, como a da Megas Cidades, que sinaliza oportunidades para negócios globais.

### **2.1 - A respeito da intervenção urbanística.**

A hipótese é de que as obras urbanísticas em curso ou outras programadas atendem à necessidade de aparelhar a metrópole para a nova realidade produtiva mundial. Pode-se, deste modo, compreender que diretrizes de renovação do ambiente urbano, como o Projeto Rio Cidade, o de revalorização da área portuária, e outros tantos, fazem parte de uma política urbana específica que detém um sentido de planejamento estratégico para a cidade do Rio de Janeiro. Não é outra a intencionalidade do

Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, formulado na administração Cesar Maia.

Problemas de pobreza e de violência não se coadunam certamente com objetivos de converter a metrópole em polo de atração de negócios. A favela tem constituído uma representação emblemática da questão. Na cidade do Rio de Janeiro ela compreende mais de 900.000 moradores e 570 assentamentos em condições precárias de existência; entre 1980 e 90 surgiram 85 favelas, correspondendo a um aumento de 18%, o que traduz uma reversão de tendências anteriores de privilegiamento da periferia metropolitana. Ante o baixo crescimento relativo da população carioca registrado naquele período, é possível admitir que o aumento da favelização pode ser em parte atribuído a um afluxo de parcelas de uma classe média pauperizada, que disputam moradia mais barata em favelas de localização favorável quanto ao mercado de trabalho da cidade. Mais do que centenária na paisagem carioca, a favela passou a ocupar uma posição específica na política urbana atual.

Trata-se de uma questão que o programa Favela-Bairro se propõe a enfrentar; é possível considerar que o programa tem em vista superar ou ao menos dirimir o conflito entre objetivos de crescimento econômico e externalidades negativas, geradas pela pobreza e pelo poder do crime organizado. Ganha, assim, importância a intervenção urbanística na favela, através de trabalhos de pavimentação, de arruamento e de rearranjo daquele espaço, que visam, também, coibir a proliferação de atividades clandestinas e informais, em função dos recursos que resubtraem aos cofres públicos.

Mas, outras interpretações devem ser consideradas: a problemática da pobreza urbana também pode ser tomada como um rebatimento de questões debatidas em nível mundial. Alude-se, em particular, à influência das redes de solidariedade, de defesa dos direitos humanos, de luta pela cidadania, que não deixam de expressar planos ou ações que emanam de esferas supranacionais. O Programa da Aliança Mundial das Cidades contra a Pobreza, sustentado pela ONU, foi encampado pela atual administração do município do Rio de Janeiro. Por outro lado, cabe também

considerar interesses do mercado na conquista de novos consumidores, e, em especial na abertura de oportunidades para a construção civil que a urbanização da favela deve proporcionar, além de contornar problemas de desvalorização do solo urbano na proximidade daqueles assentamentos carentes.

A referência particular ao Programa Favela Bairro visa observar até que ponto pode ele ser inscrito em preceitos de reforma municipal que de longe tem preconizado a gestão técnica e a racionalidade administrativa para superar deficiências do setor público. Nesse enfoque, intervenções no ambiente construído são entendidas como recurso para conferir funcionalidade à lógica da produção, que implica na reforma das condições de vida de grupos menos favorecidos, a fim de aplacar o conflito. A cidade é, deste modo, concebida como mediação que, através de recursos de reurbanização, se propõe a assegurar uma disciplina modeladora do comportamento. Uma possibilidade atribuída ao Programa Favela-Bairro reside, precisamente, na perspectiva que oferece de promover a superação do estigma da favela, que de fato tem criado aos seus moradores dificuldades de emprego permanente, de proteção social e outros problemas.

Questiona-se, porém, se propósitos de incorporar a favela ao tecido urbano formal, mediante a intervenção urbanística, representam medidas efetivas de integração social.

Considera-se, assim, que uma das leituras do Programa Favela-Bairro permite interpretar sua propostas como recurso para estabelecer uma imagem “clean” da cidade, como um reduto de qualidade de vida elevada. E é nessa perspectiva que o projeto em questão se inscreve na promoção de externalidades positivas para o “marketing” urbano. Tal intencionalidade encontra expressão em termos do Projeto Rio Cidade, referenciados, por exemplo, à defesa do uso do solo urbano e da propriedade privada, ao resgate do bairro e da via pública, ao enfrentamento da camelotagem; objetivos de privilegiar a circulação transversal e marítima, atendem ao interesse estratégico de ampliar o acesso e a valorização da Barra da Tijuca e da orla marítima que se estende até o porto de Sepetiba.

Parece válido considerar que as observações até aqui introduzidas sinalizam um processo de reestruturação da metrópole, que envolve sua instrumentalização para uma economia globalizada.

## **2.2 - A respeito de novas funções na metrópole**

Neste sentido, a hipótese é de que a renovação urbana e outros projetos estão a serviço de novas funções que a metrópole passa a assumir. Parte-se da idéia de que essa aglomeração urbana não privilegia mais o “locus” da produção propriamente dita, mas o “locus”, por excelência, de atividades e de recursos de gestão. Novas normas e novas demandas institucionais são cada vez mais exigidas, na medida que se constituem em suportes fundamentais para a articulação com centros hegemônicos do mercado.

Serviços avançados, como o “marketing”, a engenharia de projetos, as auditorias, as consultorias financeiras para detectar as melhores opções de investimento, representam um instrumental para o desenvolvimento de projetos de modernização organizacional - definem, deste modo, uma “linguagem comum” aos padrões vigentes no mercado global. Na paisagem urbana, “edifícios inteligentes” alojam as chamadas “atividades improdutivas de escritório”, serviços bancários e financeiros; neles começa a ter voga o estilo de uma arquitetura pós-moderna.

Novas formas jurídicas de trabalho, novos sistemas de comercialização, publicidade e gerenciamento, aplicados por firmas e pelo Estado, servem à fluidez cada vez mais necessária aos negócios e aos interesses do capital global. Para apontar exemplos, vale citar o projeto de transferência da Comissão de Valores Mobiliários de Brasília para o Rio de Janeiro, que pode resgatar a cidade como praça reguladora de capitais no país; desenham-se deste modo, perspectivas da custódia de papéis, que constitui suporte imprescindível no contexto da globalização e que, num dado momento, visaram disputar o de base financeira do Mercosul, projeto que se frustrou. Cabe menção igualmente, ao projeto de

Incubadora de Empresas que se desenvolve na Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de outros.

Interpretações a respeito de um processo de reestruturação da metrópole na Semi-Periferia ou nos chamados países de renda média argumentam que, afinal, estaria correspondendo à importação de mais uma onda de modernização. É preciso contudo levar em conta o ineditismo das dimensões assumidas pelo avanço técnico da velocidade e da instantaneidade, que convergem para um “ponto zero” no consumo do tempo. Redes de comunicação e de transportes ganham, deste modo, particular relevância. O Rio de Janeiro detém posição especial no setor das Telecomunicações: alude-se à EMBRATEL e ao Teleporto, já que o Sistema de Telefonia Celular por Satélite, exclusivo no continente sulamericano não teve êxito. Cabe apontar também, os projetos de modernização do complexo portuário, ou as novas artérias de circulação como a Linha Vermelha e a Linha Amarela, que, de maneira direta ou indireta, facilitam o acesso do turismo de negócios, a partir do aeroporto internacional para a hotelaria sofisticada da orla marítima. Mais uma vez vale aludir a recursos de uma “linguagem comum”, representados pela multiplicação de apart - hotéis, de “resorts”, de cadeias de franquias e de “fast - food”, ou de circuitos fechados de consumo, como os “shopping centers”.

Aparelhando-se para a livre circulação do capital e das mercadorias e para os termos de competitividade impostos pela nova realidade produtiva, a metrópole estaria elaborando um contexto que tende a diferenciar-se do território onde prevalece uma produção rotineira. Entende-se com isto que essas formas de ajuste à economia global são limitadas, restringindo-se a poucos pontos do território nacional, já que os atributos requeridos não têm difusão no espaço do país. Ainda que não corresponda exatamente ao caso do Brasil, vale apontar o exemplo da China, onde as zonas estratégicas de desenvolvimento econômico se confinaram em alguns pontos do litoral, justificando sua identificação como o País dos Dois Sistemas, um inscrito na economia de mercado e outro, a maior parte, atrelado ao Estado.



Políticas de renovação urbana da metrópole, através da obra urbanística e da refuncionalização, não são exclusivas da metrópole brasileira, cuja referência diz particularmente respeito a Rio de Janeiro e São Paulo. Elas também ocorrem em outras metrópoles da América Latina e dos países centrais: Buenos Aires, Santiago e ainda Londres, Paris, Tóquio e Frankfurt. As próprias Cidades Globais têm se instrumentalizado para atender aos interesses das grandes corporações nelas sediadas, referentes ao controle de complexas redes de atividades, de tecnologia, de mercados; o espaço interno daquelas metrópoles mencionadas se reorganiza, igualmente em áreas especializadas para funções globais.

Outros aspectos devem ser assinalados: a renovação urbana tem se limitado a alguns trechos da cidade, privilegiando a área central e seu desdobramento. O processo de desterritorialização/reterritorialização ganha, assim, impulso particular. No Rio de Janeiro, a destruição de um bairro tradicional, como o Catumbi, deu lugar à construção de uma grande área de lazer, conjugada a espaços para o ensino, como é o Sambódromo; a zona do baixo meretrício no velho Mangue foi deslocada em prol da implantação de grandes blocos de prédios públicos, que caracterizam a Cidade Nova. Cabe aludir, também, a projetos de recuperação da área portuária da cidade, para o lazer e para fins residenciais ou ao resgate de prédios antigos com espaços ociosos para uma intensa programação cultural, a exemplo do Paço Imperial, dos Correios, da Casa França - Brasil, do Centro Cultural Banco do Brasil, do Museu da República.

Os denominadores comuns assinalados quanto ao processo de reestruturação da metrópole, envolvem, de certo, determinado nível de generalização. Importa averiguar de que maneira o legado urbano e o processo histórico de cada lugar interferem em formas de ajuste e de adaptação à integração contemporânea dos mercados, colocando um desafio para a pesquisa. Mas também não há como negar que um denominador comum a esse processo de reestruturação se reporta à acentuação de diferenças sócio-espaciais, não só em nível nacional e regional, mas no interior da

cidade. É deste modo válido falar da acentuação de um contexto de paradoxos.

Números de desemprego crescente se somam aos da pobreza e da violência urbana. Em Buenos Aires, protestos contra esse estado de coisas, que assolam o país, lograram reunir diferentes segmentos da sociedade civil, sob a liderança da classe estudantil; o governo viu-se na contingência de anunciar a liberação de recursos do BID para a área social, cerca de US\$ 600 milhões, considerados insuficientes para equacionar um desemprego nacional superior a 17% (1997).

A acentuação de um contexto de paradoxos tem uma representação no contraste entre serviços e atividades de tecnologia avançada e o crescimento de um chamado “emprego disfarçado”, sustentado na subcontratação, na terceirização e em outros contratos de mão-de-obra, que envolvem baixa remuneração e instabilidade. Tais condições também sinalizam ajustes à globalização, que tem implicado desregulamentação e desestabilização do mercado de trabalho, e perda de seguridade e de proteção social. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, o primeiro ano do Plano Real favoreceu a concentração da renda no Sudeste, cuja participação no Produto Interno Bruto nacional saltou de 58% em 1985 para 62% em 1995. Tal crescimento se fez acompanhar de acentuado desemprego, sobretudo na indústria de transformação. Os mais elevados índices de crescimento do emprego ocorreram, porém, na atividade industrial das regiões Norte e Nordeste. Assim, uma nova divisão territorial do trabalho se estabelece, envolvendo queda do nível de emprego na indústria 14% no Estado de São Paulo e 10% no Estado do Rio de Janeiro; mas a taxa do crescimento econômico alcançou aí a quase 5%, enquanto a de São Paulo e também a de Minas Gerais não ultrapassaram a 1,3%.

O contexto de paradoxos na metrópole carioca tem uma referência na oposição entre a presença de um Teleporto, assumido como o mais importante pólo de telecomunicações do continente e as dificuldades da telefonia na cidade e no Estado do Rio de Janeiro; advém, igualmente, do contraste entre a circulação de grandes eixos viários, já mencionados, e as deficiências do

transporte de massa, além de outros problemas. Mas as observações, sinalizam uma divisão territorial do trabalho em curso no país, que está certamente indicando adaptações à globalização dos mercados, na medida que representa processos de abertura da economia, de adoção de regras de privatização e de novas relações de trabalho. Cabe deste modo, aludir às implicações espaciais desse processo.

### **2.3 - Implicações espaciais da reestruturação da metrópole.**

A esse respeito, vale considerar, em primeiro lugar, a projeção particular que assume a cidade central da região metropolitana. Indicadores de receita e de arrecadação referentes aos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro (1996) revelam a distância que separa o núcleo dos demais: a receita do Rio de Janeiro foi superior a 2.300.000.000 de reais; a de Duque de Caxias, segundo colocado, foi de 115 milhões, a de Niterói, em terceiro lugar, alcançou a 106 milhões, enquanto a do último posicionado, Japeri, não ultrapassou a 6 milhões de reais. Junto com o município de São Paulo, o do Rio de Janeiro perfaz já 42% das receitas dos municípios do país.

Mas esse distanciamento da cidade central em relação às outras unidades da região metropolitana não se relaciona, unicamente, aos ajustes à globalização. Cabe aludir, certamente, ao acervo de experiência urbana acumulado na cidade do Rio de Janeiro, capital do país por mais de 200 anos, que a torna mais capacitada para absorver inovações. Deve ser considerado, ainda, que em relação ao antigo Estado do Rio de Janeiro, os limites que separavam as duas unidades da federação se constituíram em obstáculo para a organização da concentração urbana que extravasava as fronteiras político-administrativas. De fato, a região metropolitana só veio a tomar formato institucional com o ato da fusão entre os antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

Tais injunções se somam à posição conferida aos municípios pela carta constitucional de 1988, mas é preciso considerar princípios do Plano Estratégico da Cidade do Rio de

Janeiro, que preconizam a lógica do desenvolvimento endógeno, não necessariamente autárquico. Sob essa ótica, visa-se aparelhar a cidade para novas funções, no sentido de resgatá-la como recurso para a nova ordem econômica mundial. Significa, portanto, assegurá-la como sede de serviços avançados e de atividades de Pesquisa e de Desenvolvimento, como “locus” preferencial para processos de qualidade total e de desenvolvimento sustentável, aliados ao complexo cultura - turismo - lazer e ao de telecomunicações e de informação.

Interessa, a propósito, observar que, de acordo com informações do Banco Central, de um montante superior a três bilhões de dólares de investimentos estrangeiros no país (primeiro semestre de 1996), 68% se destinaram ao setor serviços e à infraestrutura; 48% contemplaram a energia elétrica, 25% foram direcionados para participações societárias e 11% aos bancos. Revela-se, nessas diretrizes, uma ruptura com o modelo vigente desde fins da II Guerra Mundial, quando a maior parte dos investimentos diretos era aplicada na indústria de transformação. Tal constatação tem sido associada ao aumento de renda da população e, portanto, ao privilegiamento do consumo, constituído numa das mais importantes mudanças econômicas e sociais introduzidas na segunda metade do século XX. Cinquenta por cento das atividades em serviços se encontram no Sudeste do país, mas envolvem considerável heterogeneidade nos salários: os mais elevados se referem às áreas de comunicação e de finanças. Mas a média é baixa, em função do peso representado pela remuneração vigente no comércio e nos serviços pessoais.

Compreende-se, assim, a relevância atribuída à esfera empresarial na perspectiva do desenvolvimento endógeno. Entre outros aspectos, ressalta-se a importância de parcerias entre setores públicos e privados, emprestando ênfase à ação coordenada entre a prefeitura, a Associação Comercial e a Federação de Indústrias do Rio de Janeiro. Vale, neste sentido, apontar exemplos de algumas prefeituras do país: em Belo Horizonte (MG), a multiplicação de parcerias com o setor privado compreende iniciativas culturais e programas educacionais, e, igualmente, o cuidado com a via pública - a cidade foi dividida em nove regiões administrativas,

ensaiano a promoção do modelo do orçamento participativo. Uberaba (MG) também tem exibido uma administração qualificada, o que leva a identificar o papel de uma nova geração, aberta à revolução gerencial e tecnológica, com sensibilidade para a área social. O Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro confere, por sua vez, importância ao Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), no sentido do estímulo que pode prestar à produção flexível e de barrar o avanço do mercado informal e das ocupações clandestinas.

A posição particular da cidade central da região metropolitana está certamente, na base de projetos políticos que sob a liderança da prefeitura do Rio de Janeiro, defendem uma posição especial para as capitais. A proposta de acentuar a condição de “entes federativos” visa estabelecer novos critérios de relacionamento entre governo federal e grandes cidades, a fim de capacitá-las a absorver repasses da União, dispensando a intermediação do governo estadual. É nessas premissas que se baseiam objetivos de uma aliança ou associação dos prefeitos das capitais. Com respeito à cidade do Rio de Janeiro, a argumentação se sustenta nos ônus herdados pela antiga função de capital federal, não contemplados por necessárias compensações; distorções estariam dificultando o gerenciamento urbano já que um terço da área da cidade é de propriedade da União, que usufrui da cobrança de pedágios, que não paga IPTU de seus prédios à prefeitura, mas que não oferece uma contrapartida suficiente de recursos federais para saúde, educação e segurança.

É preciso, porém, considerar que a posição específica da cidade central da região metropolitana também tem lugar na de São Paulo e em outros países. Na metrópole paulistana, observa-se esvaziamento industrial da capital: de 109 projetos em gestação no Estado, apenas 7 foram reservados para o município de São Paulo e somente 18% de um total superior a 14 bilhões de dólares se destinaram aos municípios do ABC. Cálculos indicam o fechamento ou mudanças de 911 empresas nessa tradicional área da indústria paulista; na capital, fábricas da Vicunha nos bairros de Tatuapé e Belenzinho transferiram-se para outros estados ou deslocaram máquinas e equipamentos para unidades de Americana

e de Itatiba. A desconcentração de indústrias para o interior do próprio Estado, atraídas por salários mais baixos do que na região metropolitana, por sindicatos menos ativos e por incentivos fiscais, é que tem assegurado a participação de São Paulo no PIB nacional. A especificidade da cidade central diz respeito a mudanças que se operam na sua estrutura produtiva; crescem as atividades de gestão e de serviços, parecendo suficiente fazer menção à presença da Transdata e do World Trade Center, como polos de telecomunicações e de interações financeiras.

A esse respeito, cabe também referência a outros países. A vaga de conflitos na Argentina remeteu à imagem de um “país com duas velocidades”, na medida que na década de 90, o crescimento do PIB da capital, foi de 20%, enquanto em Jujuí a queda alcançou a 8,30% e a 3,8% em Salto. Nos Estados Unidos, a cidade central passou a exibir elevação da qualidade de vida, inclusive com o declínio da criminalidade, constituindo-se em atração para moradores idosos de subúrbios, que ao completar um determinado ciclo de vida, manifestam desejos de usufruir da diversificação de atividades que a cidade oferece. Em Chicago, 30% dos apartamentos da área central foram adquiridos por casais mais velhos. Aliás essa migração, está influenciando a recuperação de trechos degradados, como em Houston, a conversão de prédios de escritório em edifícios residenciais, como em Dallas, ou ainda a transformação de velhos armazéns em condomínios sofisticados, como em Chicago.

É possível considerar que essa intencionalidade de autonomia pretendida pela cidade central da região metropolitana rebate nas relações com outros espaços: a estrutura suburbana da organização americana começa a ser afetada; na Argentina, um confronto se estabelece entre Buenos Aires e o país; no Rio de Janeiro, uma referência imediata diz respeito à diferenciação da capital com os municípios da região metropolitana e o estado do Rio de Janeiro.

Nessa ótica inclui-se o resgate de um “estado de ser” carioca, que não se dissocia da retomada de propostas de “desfusão”, separando um Novo Estado da Guanabara de um Novo Estado do Rio de Janeiro. Medidas anunciadas pelo governo

estadual, que resultariam na subtração de parte dos proventos da arrecadação do ICMS pertinente ao município do Rio de Janeiro, em prol do interior do Estado, representaram um momento que fez aflorar aquelas propostas. Mas essa postura também se sustenta numa situação de conflito político entre as administrações estadual e municipal; perdas financeiras sofridas pelo município do Rio de Janeiro, a partir daquelas medidas, foram estimadas pela parcela que auferia na arrecadação do ICMS: dos 60% que proporcionou em 1996, coube-lhe menos de 10% do total. A perspectiva é de que, como Estado da Guanabara, a receita poderia duplicar, atingindo a cerca de 5 bilhões de reais, contra os 2 bilhões de 1996, resultantes da totalização de impostos e de taxas de fonte municipal, estadual e federal. Considera-se, portanto, que em tal problemática se sinalizam anseios por uma posição de autonomia da cidade do Rio de Janeiro.

Nessa perspectiva, cabe mais uma referência ao Programa Favela-Bairro, assumido como parte de uma estratégia que visa um “saneamento” do ambiente urbano. É possível supor que parte dos moradores das favelas assistidas deverá migrar, devido à insuficiência de recursos para arcar com custos da intervenção urbanística. Neste sentido, o Programa Favela-Bairro, que se insere no Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, estaria reforçando a tendência de evasão populacional no município do Rio de Janeiro, que, entre 1980 e 1991, envolveu 525 mil pessoas, as quais aumentaram os contingentes de outros municípios metropolitanos, como Itaboraí, Maricá, Itaguaí e Mangaratiba, além de São Gonçalo e de Nova Iguaçu. Pesquisas realizadas no IPPUR sobre migrações na região metropolitana do Rio de Janeiro mostraram que a saída imperante do município da capital foi de migrantes pobres. (Lago, Corrêa, 1997).

Reafirma-se, deste modo, que o Programa Favela-Bairro pode concorrer para elaborar uma imagem “clean” da cidade, despida do estigma da pobreza. É sob esse enfoque que podem ser interpretadas propostas da prefeitura de liberação das encostas para condomínios de classe média, afim de evitar a ocupação pela favela. Manifestações em prol da “despoluição dos morros” aludem às precárias condições de habitabilidade como causa principal de

poluição da baía de Guanabara; críticas são deste modo levantadas a soluções consideradas paliativas e parciais, como as do Programa Favela-Bairro. Indica-se, assim, a necessidade de aparelhar a periferia metropolitana para acolher os migrantes da cidade, além de preconizar programas específicos para áreas pauperizadas, fora dos limites metropolitanos, como o leste de Minas Gerais, o Espírito Santo, o norte e o noroeste fluminenses, a fim de evitar um presumível afluxo de população para a capital.

A projeção do “marketing urbano” encontrou representação particular no prestígio conquistado pelo prefeito Cesar Maia. Prestígio esse que se afirmou principalmente na aura de um político genuinamente carioca, que encontrou correspondência em sentimentos de nostalgia pela imagem perdida da Cidade Maravilhosa e reforçou interesses político-eleitorais.

Nesse contexto, é possível admitir que emergem propensões a um zoneamento no território da região metropolitana. Cabe uma primeira referência à posição assumida pela cidade central, como antes comentado; pode-se aludir, também, a possibilidades de conjugação da zona oeste do município da capital com a área do porto de Sepetiba, através de projetos industriais que estão programados. Vale considerar, igualmente, a Baixada Fluminense, que representa um mercado consumidor onde se multiplicam “shopping centers” e onde estão em curso projetos de infra-estrutura e de saneamento - contemplada com uma secretaria estadual, essa área constituiu-se em espaço sob a alçada do governo do Estado, fazendo reeditar a antiga separação político-administrativa entre as duas unidades da federação. Mas é válido considerar também, até que ponto a extensa paisagem que se elabora com a coalescência de favelas na cidade do Rio de Janeiro, constitui um “zoneamento”; de fato, esse território revela características próprias que se expressam nas formas da habitação, na linguagem e na cultura, na organização peculiar do espaço.

As colocações apresentadas nesse texto apoiaram-se na interpretação de projetos e de planos previstos ou já em curso na cidade do Rio de Janeiro. É preciso, porém, não deixar de levar em conta, constrangimentos que procedem do mundo real.



### **3 - Comentários finais**

Versar o tópico final sobre constrangimentos do mundo real envolve uma análise que extrapola os limites assumidos no presente texto, na medida de uma complexidade que se reporta desde o nível local até o nacional e o internacional. A reestruturação da metrópole constitui portanto um processo, que compreende múltiplas dimensões, movidos pela dinâmica específica da urbe carioca.

Restringindo a questão à escala local, cabe considerar alguns dos problemas capazes de afetar os objetivos da política urbana antes comentada. Vale, deste modo, aludir aos efeitos da crise financeira do próprio Estado do Rio de Janeiro, que acusou um déficit operacional de R\$ 500 milhões em 1996, derivado de vários problemas, entre os quais a sonegação de 15 a 20% do ICMS. Vale apontar, igualmente, as implicações de um contexto político e econômico que não tem beneficiado a área social; um exemplo é o da proposta fiscal que, ao facultar o aumento do uso de recursos da contribuição da seguridade do funcionalismo público, subtraiu verbas destinadas a políticas sociais. Cabe ainda levar em conta as difíceis condições do mercado de trabalho urbano - o diagnóstico do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro admite o agravamento da polarização social e a diminuição do ritmo de criação de empregos. A esses problemas, acrescenta-se o lento progresso da Agência de Desenvolvimento do Rio de Janeiro (AD - Rio), tipo de entidade que, em países europeus tem representado um suporte fundamental para o desenvolvimento endógeno, dada a sinergia que é capaz de proporcionar às atividades locais e regionais.

Mas, constrangimentos do mundo real certamente transcendem esses impedimentos à concretização de planos e projetos programados ou em marcha. Faz-se necessário considerar até que ponto os sinais de reestruturação espacial e funcional que podem ser observados devem também ser relacionados a mudanças introduzidas por um modelo econômico e político que contrai recursos para o emprego e para a mobilidade social. Ou seja, um

modelo de ruptura com políticas anteriores, que, a despeito de não ter equacionado a questão das desigualdades sociais, asseguraram determinado acesso a bens e serviços para parcelas desfavorecidas da população, inclusive através da tolerância com a ilegalidade de formas de ocupação do espaço da cidade. Tais observações levam a colocar em causa se a posição particular que a capital pretende consolidar não estaria, precisamente, sinalizando a necessidade de concentrar recursos e uma intencionalidade: a de liberar-se de excedentes de população.

Mas é preciso também registrar iniciativas que têm partido do empenho de secretarias do município do Rio de Janeiro. Menção particular cabe às do Desenvolvimento Social e do Trabalho, no sentido de debater e de consolidar propostas inovadoras de geração de renda e de trabalho na cidade do Rio de Janeiro. São iniciativas que começam a conjugar esforços de diferentes segmentos da sociedade e que podem contribuir para assegurar uma cidadania plena aos habitantes da urbe carioca.

### **Bibliografia**

- ABREU, M. de Almeida - Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. Espaço & Debates, n. 37, Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano XIV, São Paulo, 1994.
- DAVIDOVICH, F. - Linhas de pesquisa para a geografia urbana no Brasil, uma contribuição. Revista Brasileira de Geografia, vol. 54, n. 4, IBGE, Rio de Janeiro, 1992.
- \_\_\_\_\_. Refuncionalização do espaço geográfico, uma abordagem preliminar. Mesa redonda: A Refuncionalização do Espaço Geográfico. Encontro Internacional "Lugar, Formação Sócio - Espacial, Mundo". ANPEGE, São Paulo, 1994.
- \_\_\_\_\_. Política Urbana no Brasil, ensaio de um balanço e de perspectivas. Geografia Política e Cidadania, Terra Livre, 11 - 12. AGB, São Paulo, 1996.

- DIAGNÓSTICO da Cidade do Rio de Janeiro - Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, Instituto Herbert Levy, Rio de Janeiro, s/d.
- CORRÊA do Lago, L. - Desigualdades sócio-espaciais e migrações intraurbanas na região metropolitana do Rio de Janeiro. Anais da ANPUR, Recife, maio, 1997.
- FINEP - Documentos sobre o Programa Favela Bairro, Rio de Janeiro, 1994/5.
- MARTINS, G. - Descentralização e finanças municipais. Tese de mestrado, IPPUR, Rio de Janeiro, 1997.
- ROLIM, C. F. - Integração X Integração, a busca de conceitos perdidos. In: Integração Região e Regionalização, L. Lavinas, L. Carleial, M. R. Nabuco. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1994.
- RIBEIRO, L. C. de Queiroz e Cardoso, A. L. - Planejamento Urbano no Brasil: paradigmas e experiências. Espaço & Debates n. 37. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano XIV, São Paulo, 1994.
- SANTOS, M. - O retorno do território. In: Santos, M. et al (org.). Território, Globalização, Fragmentação. São Paulo, Hucitec, ANPUR, 1994.
- SILVEIRA, M. L. - Modernização territorial argentina: rigidez y flexibilización, Revista Eure, vol. XXII, n. 66, octubre, 1996, Santiago de Chile.
- VALADARES, L. e RIBEIRO, R. - The return of the favela: recent changes in intrametropolitan Rio. Urbana, 14/15, 1994.

